

Sumário

PARTE I

TEORIA DA PROVA, PARTE GERAL E PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

| | |
|---|-----------|
| Capítulo 1 ► O princípio da veracidade e o direito de não fazer prova contra si mesmo perante o Novo Código de Processo Civil | 25 |
| <i>Celso Hiroshi Iocohama</i> | |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 25 |
| 2. O PRINCÍPIO DA VERACIDADE E A SUA FUNÇÃO PARA O PROCESSO JUDICIAL CIVIL | 26 |
| 3. O PRINCÍPIO PENAL/PROCESSUAL PENAL DE NÃO FAZER PROVA CONTRA SI MESMO E SUA MIGRAÇÃO PARA O PROCESSO CIVIL..... | 32 |
| 4. O DIREITO DE NÃO FAZER PROVA CONTRA SI MESMO E OS MEIOS DE PROVA..... | 38 |
| 5. AS ANTINOMIAS DECORRENTES O DIREITO DE NÃO FAZER PROVA DIANTE DO PRINCÍPIO DA VERACIDADE E CRITÉRIOS DE SOLUÇÃO | 45 |
| 6. CONCLUSÕES..... | 51 |
| 7. REFERÊNCIAS | 52 |
| Capítulo 2 ► A Função Epistêmica do Processo e as Limitações Probatórias: O Direito à não Autoincriminação e sua (in) Aplicabilidade no Processo Civil | 55 |
| <i>Marcella Alves Mascarenhas Nardelli</i> | |
| 1. NOTAS INTRODUTÓRIAS: A FUNÇÃO EPISTÊMICA DO PROCESSO | 55 |
| 2. A FORMAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO E AS LIMITAÇÕES PROBATÓRIAS | 57 |
| 2.1. LIMITAÇÕES PROBATÓRIAS FUNDADAS NO REPÚDIO A PROVAS CONSIDERADAS SUSPEITAS... | 62 |
| 2.2. LIMITAÇÕES PROBATÓRIAS FUNDADAS NO ANSEIO DE ORDENAR O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO | 64 |
| 2.3. LIMITAÇÕES PROBATÓRIAS FUNDADAS NO INTUITO DE PRESERVAÇÃO DE VALORES CONSTITUCIONAIS..... | 66 |
| 3. O DIREITO À NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO E SUA COMPREENSÃO NO ÂMBITO PROCESSUAL PENAL | 69 |
| 4. O DIREITO À NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO PERANTE O PROCESSO CIVIL E O DEVER DE COLABORAÇÃO DAS PARTES..... | 72 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| Capítulo 3 ► Notas sobre a atividade instrutória na ação rescisória | 83 |
| <i>Daniel Colnago Rodrigues</i> <i>João Pereira Monteiro Neto</i> | |
| 1. PREMISSAS INTRODUTÓRIAS E IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO..... | 83 |

| | |
|---|-----|
| 2. SOBRE A AÇÃO RESCISÓRIA: ASPECTOS PERTINENTES..... | 85 |
| 3. PROVAS E AÇÃO RESCISÓRIA: GENERALIDADES..... | 88 |
| 4. FUNDAMENTOS RESCINDENTES E PRODUÇÃO PROBATÓRIA: QUESTÕES RELEVANTES..... | 93 |
| 5. PROVAS DESTINADAS AO JUÍZO RESCISÓRIO: LIMITES E POSSIBILIDADES..... | 98 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 100 |

Capítulo 4 ► A prova é liberdade, mas não tanto: uma teoria da prova quase-benthamiana..... 103
Jordi Ferrer Beltrán

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 103 |
| 2. OS MOMENTOS DA ATIVIDADE PROBATÓRIA NO PROCESSO JUDICIAL..... | 106 |
| 3. A CRÍTICA DE STEIN À TRADIÇÃO RACIONALISTA..... | 110 |
| 4. RECONSIDERANDO AS TESES DE PARTIDA..... | 115 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 119 |

Capítulo 5 ► A Falta de Prova e a Falsa Coisa Julgada..... 123
Gelson Amaro de Souza

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 123 |
| 2. O CONCEITO DE COISA JULGADA MATERIAL..... | 124 |
| 3. JULGAMENTO..... | 125 |
| 4. JULGAMENTO E FATO..... | 126 |
| 5. JULGAMENTO E COISA JULGADA..... | 126 |
| 6. FALSA COISA JULGADA..... | 127 |
| 7. FALSO JULGAMENTO DE MÉRITO E A COISA JULGADA MATERIAL..... | 128 |
| 8. A FALSA COISA JULGADA MATERIAL..... | 129 |
| 9. REPROPOSITURA DA AÇÃO E A FALSA COISA JULGADA MATERIAL..... | 131 |
| 10. ETERNIZAÇÃO DA INJUSTIÇA..... | 133 |
| 11. O DESCORTINO DE UM NOVO PENSAMENTO..... | 136 |
| 12. O SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO..... | 139 |
| CONCLUSÕES..... | 141 |
| REFERÊNCIAS..... | 143 |

Capítulo 6 ► Sobre as noções probatórias básicas..... 145
Marcelo Lima Guerra

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 145 |
| 2. AMBIGUIDADE DA EXPRESSÃO ‘PROVA’ E AS DEFICIÊNCIAS DA DOCTRINA TRADICIONAL EM EXPLICAR ADEQUADAMENTE AS NOÇÕES PROBATÓRIAS BÁSICAS..... | 150 |
| 3. O CONVENCIMENTO JUDICIAL SOBRE FATOS RELEVANTES COMO “CRENÇA” (“BELIEF”)..... | 158 |
| 3.1. CRENÇA COMO ESTADO INTENCIONAL..... | 159 |

| | |
|--|------------|
| 3.2. CRENÇAS, FATOS E O OBJETO DAS CRENÇAS | 170 |
| 3.3. CRENÇAS, SENTENÇAS, ASSERÇÕES E PROPOSIÇÕES: UM ESCLARECIMENTO INDISPENSÁVEL. | 172 |
| 3.4. RELAÇÃO CONCEITUAL ENTRE CRENÇA E VERDADE | 176 |
| 3.5. VERDADE ABSOLUTA E RELATIVA | 180 |
| 4. FENOMENOLOGIA BREVE DA DECISÃO JUDICIAL FUNDAMENTADA | 181 |
| 5. QUANDO E PORQUE O JUIZ DEVE FORMAR E EXPRESSAR CRENÇAS SOBRE FATOS..... | 182 |
| 6. O DEVER DO JUIZ DE FUNDAMENTAR SUAS CRENÇAS SOBRE FATOS RELEVANTES E O ESCLARECIMENTO PRELIMINAR DA NOÇÃO DE “PROVA-RESULTADO” | 183 |
| 7. A DISTINÇÃO ENTRE “CRENÇA” E “ACEITAÇÃO” E A REJEIÇÃO DA REDUÇÃO DA NOÇÃO DE “CONVENCIMENTO JUDICIAL” (SOBRE FATO RELEVANTE) ÀQUELA DE “ACEITAÇÃO” | 184 |
| 8. FENOMENOLOGIA BREVE DA NOÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE CRENÇAS COLHIDA EM PRÁTICAS COTIDIANAS E UMA NOÇÃO MÍNIMA DE ARGUMENTO OU INFERÊNCIA (JUSTIFICATÓRIA) | 191 |
| 9. EXPLICANDO AS NOÇÕES BÁSICAS | 202 |
| 9.1. PROVA-RESULTADO | 207 |
| 9.2. MEIOS DE PROVA (A “PROVA-MEIO”) | 209 |
| 9.3. MEIO DE PROVA, FORÇA PROBATÓRIA E VALORAÇÃO PROBATÓRIA: A “PROVA-ATIVIDADE”... .. | 212 |
| 10. A GRADATIVIDADE DA FORÇA DOS ARGUMENTOS NÃO DEDUTIVOS E O PROBLEMA DA FIXAÇÃO DE ESTÂNDARES PROBATÓRIOS..... | 219 |
| 11. O PROBLEMA DO REGRESSO AO INFINITO | 221 |
| 12. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS | 223 |
| 13. BIBLIOGRAFIA | 227 |
| | |
| Capítulo 7 ► Primeiras impressões sobre o direito probatório no CPC/2015 | 231 |
| <i>Rennan Faria Krüger Thamay</i> | |
| <i>Rafael Ribeiro Rodrigues</i> | |
| 1. PRIMEIRAS ANÁLISES DO SISTEMA PROBATÓRIO DO CPC/2015: DA CONDUÇÃO ATIVA DO JUIZ..... | 231 |
| 2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROVA E SUA FORMAÇÃO ORDINÁRIA NO PROCESSO CIVIL | 236 |
| 3. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. REGRA ORDINÁRIA DA CARGA ESTÁTICA. | 239 |
| 4. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA | 241 |
| 5. CARGA DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA..... | 243 |
| 6. CONCLUSÕES..... | 247 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 248 |
| | |
| Capítulo 8 ► Contraditório e pertinência da prova no NCPC e na arbitragem | 251 |
| <i>Thiago Rodovalho</i> | |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 251 |
| 2. O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E A PROIBIÇÃO DE DECISÃO-SURPRESA..... | 251 |

| | |
|--|-----|
| 3. PODERES INSTRUTÓRIOS E PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E EFICIÊNCIA..... | 255 |
| 4. A PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL NA ARBITRAGEM E A CONVENIÊNCIA DA COERÇÃO JUDICIAL..... | 258 |
| 5. CONCLUSÃO | 260 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 261 |

Capítulo 9 ► Ônus e deveres probatórios das partes no Novo CPC brasileiro 263
Vitor de Paula Ramos

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 263 |
| 2. BASES TEÓRICAS..... | 264 |
| 2.1. DISTINÇÃO ENTRE ÔNUS E DEVER: UM PROBLEMA DE TEORIA DO DIREITO | 264 |
| 2.2. A IMPORTÂNCIA DA COMPLETUDE DO MATERIAL PROBATÓRIO PARA A BUSCA DA VERDADE. | 267 |
| 3. ATIVIDADES PROBATÓRIAS DAS PARTES NO NOVO CPC BRASILEIRO | 269 |
| 3.1. ÔNUS DA PROVA E DINAMIZAÇÃO POSITIVADA: SOLUÇÃO OU PROBLEMA? | 269 |
| 3.2. A REVIGORAÇÃO DO DEVER DE EXIBIR DOCUMENTOS, SEUS LIMITES E A REVOGAÇÃO DA SÚMULA 372..... | 273 |
| 3.3. ART. 379 E INEXISTÊNCIA DE DIREITO À NÃO PRODUÇÃO DE PROVA CONTRA SI PRÓPRIO NO ÂMBITO CÍVEL..... | 276 |
| 4. CONCLUSÕES..... | 279 |
| 5. BIBLIOGRAFIA..... | 280 |

Capítulo 10 ► Verdade como objeto do negócio jurídico processual..... 283
Beclaute Oliveira Silva

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 283 |
| 2. MICHELE TARUFFO E A TESE DA IMPOSSIBILIDADE DA VERDADE NEGOCIADA..... | 284 |
| 3. CRÍTICA À POSIÇÃO DE MICHELE TARUFFO | 288 |
| 4. OS FATOS E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO | 292 |
| 5. CONCEPÇÃO DECLARATÓRIA DA PROVA..... | 293 |
| 5.1. PROVA COMO SITUAÇÃO NO MUNDO FENOMÊNICO | 293 |
| 5.2. PROVA COMO ARGUMENTO..... | 293 |
| 6. CONCEPÇÃO CONSTITUTIVA DA PROVA..... | 294 |
| 7. ANÁLISE CRÍTICA DAS DUAS CORRENTES | 297 |
| 7.1. (IN)SUBSISTÊNCIA DA CONCEPÇÃO DECLARATÓRIA..... | 298 |
| 7.2. (IN)SUBSISTÊNCIA DA CONCEPÇÃO CONSTITUTIVA..... | 299 |
| 7.3. PROVA COMO ENUNCIADO | 300 |
| 8. NEGÓCIO JURÍDICO SOBRE A PROVA | 301 |
| 9. NOTAS CONCLUSIVAS | 303 |
| 10. REFERÊNCIAS | 304 |

| | |
|--|------------|
| Capítulo 11 ► Repensando a prova de ofício | 307 |
| <i>Glauco Gumerato Ramos</i> | |
| 1. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA E A HIPÓTESE DE ANÁLISE | 307 |
| 2. A PROVA DE OFÍCIO NO MARCO DO DEBATE ATIVISMO X GARANTISMO | 310 |
| 3. PROVA DE OFÍCIO, IMPARCIALIDADE E IMPARCIALIDADE..... | 314 |
| 4. IMEDIAÇÃO COMO FATOR DE CONTAMINAÇÃO SUBJETIVA DO JUIZ..... | 316 |
| 5. PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO, DA BOA-FÉ OBJETIVA E DA IGUALDADE..... | 319 |
| 5.1. DEVER FUNCIONAL DE O JUIZ CONSIDERAR-SE SUSPEITO E DE AFASTAR-SE PARA NÃO JULGAR O PROCESSO | 321 |
| 6. REPENSANDO O SISTEMA DE ENJUIZAMENTO: SISTEMA DE ENJUIZAMENTO ESCALONADO (OU PROCEDIMENTO JUDICIAL FUNCIONALMENTE ESCALONADO) COMO MÉTODO GARANTIDOR DO DEVIDO PROCESSO LEGAL | 322 |
| 7. FECHAMENTO | 324 |
| Capítulo 12 ► Os Poderes Instrutórios Do Juiz no Novo CPC | 327 |
| <i>Hugo de Brito Machado Segundo</i> | |
| INTRODUÇÃO..... | 327 |
| 1. PROVA E VERDADE..... | 329 |
| 2. CERTEZA, VERDADE E O “TRILEMA DE FRIES” | 330 |
| 3. REVISITANDO AS PROVAS PRODUZIDAS POR AUTOR E RÉU EM UM PROCESSO..... | 333 |
| 4. BUSCA PELA VERDADE E IMPARCIALIDADE | 334 |
| 5. A FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE APRECIA A PROVA | 336 |
| CONCLUSÕES..... | 340 |
| Capítulo 13 ► Reflexões sobre os poderes instrutórios do juiz..... | 343 |
| <i>Robson Renault Godinho</i> | |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 343 |
| 2. O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO, A IDEOLOGIA E A CULTURA..... | 346 |
| 3. PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ..... | 352 |
| 4. ENCERRAMENTO: BREVE REFERÊNCIA AO NOVO CPC..... | 360 |
| Capítulo 14 ► Dilema de dois juízes diante do fim do livre convencimento do NCPC | 369 |
| <i>Lenio Luiz Streck</i> | |
| 1. DOIS MODOS DE OLHAR O DIREITO – MODELO DE JUIZ A..... | 369 |
| 2. MODELO DE JUIZ B..... | 370 |
| 3. DISCUSSÃO DOS MODOS DE VER O DIREITO..... | 370 |
| 4. FALANDO DO EXÍLIO EPISTÊMICO DO LC | 371 |
| 5. RUMO À SUPERAÇÃO DO VELHO MODELO SOCIAL-PROTAGONISTA? ESPERAMOS QUE SIM!..... | 372 |
| 6. HABEMUS CPC , MAS TEMOS DE ROMPER COM O VELHO MODELO | 373 |
| 7. NUMA PALAVRA: O QUE CLAMAM OS ADVOGADOS DE TODO O BRASIL? | 374 |

| | |
|--|------------|
| Capítulo 15 ► A expulsão do livre convencimento motivado do Novo CPC: por que a razão está com os hermeneutas? | 377 |
| <i>Lúcio Delfino</i> | |
| <i>Ziel Ferreira Lopes</i> | |
| | |
| Capítulo 16 ► A Valoração Judicial das Provas no Novo Código de Processo Civil | 385 |
| <i>Oscar Valente Cardoso</i> | |
| INTRODUÇÃO..... | 385 |
| 1. OS QUATRO ASPECTOS DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS..... | 385 |
| 2. VALORAÇÃO JUDICIAL DA PROVA: RETROSPECTIVA HISTÓRICA-CONCEITUAL..... | 389 |
| 2.1. ORDÁLIAS | 389 |
| 2.2. TARIFAÇÃO LEGAL..... | 390 |
| 2.3. LIVRE CONVENCIMENTO | 394 |
| 2.4. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO | 395 |
| 3. A VALORAÇÃO JUDICIAL DAS PROVAS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO..... | 399 |
| 4. A VALORAÇÃO JUDICIAL DAS PROVAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... | 404 |
| CONCLUSÕES..... | 409 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 411 |
| | |
| Capítulo 17 ► As Provas Ilícitas no Novo Código de Processo Civil e o Estado de Necessidade Processual..... | 415 |
| <i>Andre Vasconcelos Roque</i> | |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 415 |
| 2. QUESTÃO TERMINOLÓGICA PRELIMINAR: PROVAS ILÍCITAS E PROVAS ILEGÍTIMAS | 417 |
| 3. RESPOSTAS TRADICIONAIS PARA A QUESTÃO DAS PROVAS ILÍCITAS | 419 |
| 3.1. A DIVISÃO ESTANQUE ENTRE O DIREITO PROCESSUAL E MATERIAL | 419 |
| 3.2. A INADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS..... | 422 |
| 3.3. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E AS PROVAS ILÍCITAS..... | 424 |
| 4. UMA PROPOSTA PARA O NOVO CPC: O ESTADO DE NECESSIDADE PROCESSUAL | 427 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 435 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 435 |
| | |
| Capítulo 18 ► Quem não chorar no enterro da própria mãe corre o risco de ser condenado à morte - o (ab)uso de máximas de experiência na valoração e interpretação probatória..... | 439 |
| <i>Leonard Ziesemer Schmitz</i> | |
| 1. DOIS MITOS A SEREM SUPERADOS: A COMPLETUDE DO ORDENAMENTO E O SILOGISMO JUDICIAL... | 439 |
| 2. O QUE SÃO “MÁXIMAS” OU REGRAS DE EXPERIÊNCIA? | 445 |

| | |
|--|-----|
| 3. O PROBLEMA NA UTILIZAÇÃO DAS REGRAS DE EXPERIÊNCIA – A PERDA DO CONTROLE HERMENÊUTICO | 447 |
| 3.1. AS REGRAS DE EXPERIÊNCIA NA TENTATIVA DE DAR COMPLETUDE AO SISTEMA..... | 449 |
| 3.2. AS REGAS DE EXPERIÊNCIA E A NOÇÃO NÃO SUPERADA DE SILOGISMO..... | 450 |
| 4. O PERIGO DO USO VELADO DE REGRAS DE EXPERIÊNCIA..... | 452 |
| 5. CONCLUSÃO – A FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA PODE PRESCINDIR DAS MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA. | 455 |
| 6. BIBLIOGRAFIA..... | 457 |

Capítulo 19 ► A prova emprestada no CPC/2015..... 459
Wendel de Brito Lemos Teixeira

| | |
|--|-----|
| 1. A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A PROVA EMPRESTADA | 459 |
| 2. CONCEITO DE PROVA EMPRESTADA | 461 |
| 3. PROVA EMPRESTADA NO CPC DE 1973 E NO CPC DE 2015 | 461 |
| 4. PROVA EMPRESTADA E CONTRADITÓRIO..... | 462 |
| 5. PROVA EMPRESTADA E IDENTIDADE FÍSICA DO JULGADOR..... | 465 |
| 6. PROVA EMPRESTADA E DIREITOS FUNDAMENTAIS | 466 |
| 7. PROVA EMPRESTADA E NÃO VINCULAÇÃO DE JUÍZOS | 466 |
| 8. PROVA EMPRESTADA DE OFÍCIO | 467 |
| 9. ESPÉCIES DE PROVAS EMPRESTADAS | 467 |
| 9.1. PROVA EMPRESTADA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA PROCESSO CIVIL E DO PROCES- SO CIVIL PARA O PROCESSO ADMINISTRATIVO | 467 |
| 9.2. PROVA EMPRESTADA DA ARBITRAGEM PARA O PROCESSO CIVIL..... | 468 |
| 9.3. PROVA EMPRESTADA DE PROCESSO CRIMINAL PARA PROCESSO CIVIL..... | 469 |
| 9.4. PROVA EMPRESTADA E PROCESSO INTERNACIONAL..... | 470 |
| 9.5. PROVA CONSIDERADA ILÍCITA NO PROCESSO PENAL E PROVA EMPRESTADA PARA O PROCES- SO CIVIL | 471 |
| 9.6. CONSEQUÊNCIAS DA TAXAÇÃO DA PROVA EMPRESTADA COMO ILÍCITA E INADMITIDA NO PROCESSO | 472 |

Capítulo 20 ► Prova Emprestanda no Processo Civil..... 475
Paulo Osternack Amaral

| | |
|--|-----|
| 1. A TIPIFICAÇÃO DE MEIOS PROBATÓRIOS ATÍPICOS..... | 475 |
| 2. PROVA EMPRESTADA | 476 |
| 2.1 PROVA PRODUZIDA EM JUÍZO INCOMPETENTE | 479 |
| 2.2 PROVA PRODUZIDA EM PROCESSO ANULADO OU EXTINTO SEM ENFRENTAMENTO DO MÉRITO | 479 |
| 2.3 PROVA PRODUZIDA EM PROCESSO QUE TRAMITA NO EXTERIOR..... | 480 |
| 2.4 PROVA PRODUZIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO..... | 481 |
| 2.5 PROVA COLHIDA NO INQUÉRITO CIVIL | 482 |
| 2.6 PROVA PRODUZIDA EM PROCESSO ARBITRAL | 484 |
| 2.7 PROVA PRODUZIDA NO PROCESSO PENAL | 485 |
| 2.8 ESPECIFICAMENTE O EMPRÉSTIMO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA | 486 |

| | |
|--|-----|
| 2.9 PROVA CONSIDERADA ILÍCITA NO PROCESSO DE ORIGEM | 488 |
| 2.10 EMPRÉSTIMO DE PROVA POR VERSAR SOBRE QUESTÃO FÁTICA REPETITIVA | 490 |
| 2.11 “EMPRÉSTIMO” DE PROVA DOCUMENTAL QUESTIONADA EM PROCESSO ANTERIOR | 491 |
| 2.12 PROVA IRREGULARMENTE PRODUZIDA NO PROCESSO ANTERIOR | 492 |
| 2.13 PROVA IRREPETÍVEL COLHIDA SEM GARANTIAS | 493 |
| 2.14 CONFISSÃO REALIZADA EM OUTRO PROCESSO | 495 |
| 3. CONCLUSÕES..... | 498 |
| 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 498 |

Capítulo 21 ► Reflexões sobre a distribuição dinâmica do ônus probatório **501**
Daniel Colnago Rodrigues
João Pereira Monteiro Neto

| | |
|---|-----|
| 1. PREMISSAS E CONCEITOS PRÉVIOS..... | 501 |
| 1.1. INTRODUÇÃO | 501 |
| 1.2. PROVA: CONCEITO E IMPORTÂNCIA..... | 502 |
| 1.3. OBJETO DA PROVA..... | 503 |
| 1.4. MEIOS DE PROVA | 504 |
| 1.5. ÔNUS PROBATÓRIO: ÔNUS OBJETIVO E ÔNUS SUBJETIVO..... | 504 |
| 1.6. RELEVÂNCIA JURÍDICA E FUNDAMENTO DA DEFINIÇÃO DE CARGA PROBATÓRIA | 506 |
| 1.7. O SISTEMA ESTÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO DO ONUS PROBANDI | 508 |
| 1.8. BREVE PANORAMA SOBRE AS CORRENTES HISTÓRICAS ORIENTADORAS DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA PROBATÓRIA | 510 |
| 2. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DA PROVA | 512 |
| 2.1. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DA PROVA: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS, ORIGEM E PRESUPOSTOS..... | 512 |
| 2.2. A INFLUÊNCIA DA TEORIA NO DIREITO BRASILEIRO E NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... | 517 |
| 2.3. A CARGA DINÂMICA DA PROVA E A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES | 520 |
| 2.4. MOMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO | 522 |
| 2.5. CRÍTICAS FREQUENTES À TEORIA DA CARGA DINÂMICA DA PROVA..... | 524 |
| 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 527 |
| 3.1. CONCLUSÃO | 527 |
| 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 529 |

Capítulo 22 ► Teoria das cargas probatórias dinâmicas (distribuição dinâmica do ônus da prova) – exegese do artigo 373, §§ 1º e 2º do NCPD **533**
Eduardo Cambi

| | |
|--------------------|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 533 |
|--------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| 2. CRÍTICA À TÉCNICA DO ART. 333 DO CPC-73..... | 535 |
| 3. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA..... | 536 |
| 4. TÉCNICAS DE FACILITAÇÃO DA PRODUÇÃO DA PROVA E DESNECESSIDADE DE PREVISÃO LEGAL | 540 |
| 5. DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA E DIREITO AO SILÊNCIO..... | 542 |
| 6. MOMENTO DA APLICAÇÃO DA TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DAS CARGAS PROBATÓRIAS E A VISÃO SOLIDARISTA E PUBLICÍSTICA DO PROCESSO CIVIL..... | 544 |
| 7. LIMITES MATERIAIS E FORMAIS PARA A DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DAS PROVAS..... | 548 |
| 8. HIPÓTESES EXEMPLIFICATIVAS DE DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DOS ÔNUS PROBATÓRIOS NO DIREITO BRASILEIRO..... | 549 |
| 9. IMPOSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO DA PROVA PARA AMBAS AS PARTES E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NA SENTENÇA (EXEGESE DO ART. 373, § 2º, NCPC)..... | 552 |
| 10. CONCLUSÃO | 554 |
| 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 555 |

Capítulo 23 ► A distribuição dinâmica do ônus da prova no Novo Código de Processo Civil Brasileiro..... 557
Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa

| | |
|--|-----|
| 1. CONCEITO DE ÔNUS E DE ÔNUS DA PROVA | 557 |
| 2. FUNDAMENTOS DO ÔNUS DA PROVA..... | 558 |
| 2.1. A NECESSIDADE DE CERTEZA PARA O JULGAMENTO DO MÉRITO DA CAUSA..... | 558 |
| 2.2. A PROIBIÇÃO DO NON LIQUET | 560 |
| 3. ÔNUS DA PROVA COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E COMO MECANISMO INDUTOR DE COMPORTAMENTO..... | 561 |
| 4. A REGRA DE DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA DO ART. 333 DO CPC/73 (DISTRIBUIÇÃO OPE LEGIS)..... | 562 |
| 5. SEGURANÇA JURÍDICA E ALTERAÇÃO OPE JUDICIS DO ÔNUS DA PROVA | 566 |
| 6. A TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA E SEUS FUNDAMENTOS..... | 569 |
| 7. CRÍTICAS..... | 573 |
| 8. A DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS PROBATÓRIO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105/2015)..... | 586 |
| 9. BIBLIOGRAFIA..... | 594 |

Capítulo 24 ► O CPC/2015 e a dinamização do ônus da prova: aspectos essenciais para a compreensão das mudanças.. 597
Lucas Buril de Macêdo e Ravi Peixoto

| | |
|---|-----|
| 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 597 |
| 2. REQUISITOS MATERIAIS | 600 |
| 3. REQUISITOS PROCESSUAIS..... | 602 |
| 4. A ESTABILIDADE DA DECISÃO DE MODIFICAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA..... | 606 |

| | |
|-----------------------------|-----|
| 5. A QUESTÃO RECURSAL | 608 |
| 6. CONCLUSÃO | 609 |

Capítulo 25 ► O Novo CPC e a dinamização das cargas probatórias: rumo a um tratamento isonômico em matéria de ônus probatórios..... 611
Mateus Costa Pereira
Ronnie Preuss Duarte

| | |
|---|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 611 |
| 2. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E JULGAMENTO COM BASE EM “VEROSSIMILHANÇA”: ESCLARECIMENTOS INICIAIS | 612 |
| 3. DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA..... | 616 |
| 3.1. A RECEPÇÃO DA TEORIA NO BRASIL..... | 616 |
| 3.2. DESDOBRAMENTOS PRÁTICOS..... | 619 |
| 3.3. AS OBJEÇÕES DE MICHELE TARUFFO À TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA..... | 624 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 626 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 627 |

Capítulo 26 ► Breves Reflexões Sobre a Produção Antecipada da Prova no NCPC 629
Cristiane Druve Tavares Fagundes

| | |
|---|-----|
| 1. NOTAS INTRODUTÓRIAS..... | 629 |
| 2. LOCALIZAÇÃO DO INSTITUTO NO NCPC | 629 |
| 3. HIPÓTESES DE CABIMENTO..... | 631 |
| 4. OBJETO | 634 |
| 5. COMPETÊNCIA..... | 635 |
| 6. PROCEDIMENTO | 637 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 645 |

Capítulo 27 ► Produção antecipada da prova 647
Fredie Didier Jr.

| | |
|--|-----|
| 1. GENERALIDADES..... | 647 |
| 2. NATUREZA JURÍDICA | 649 |
| 3. FUNDAMENTOS DO PEDIDO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA E PETIÇÃO INICIAL | 649 |
| 4. O PROCESSO DE JUSTIFICAÇÃO | 651 |
| 5. COMPETÊNCIA..... | 652 |
| 6. TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR DO DIREITO À PRODUÇÃO DA PROVA. | 653 |
| 7. CITAÇÃO DOS INTERESSADOS..... | 654 |
| 8. DESPACHO INICIAL E ESBOÇO DO PROCEDIMENTO. | 655 |

| | |
|---|-----|
| 9. DEFESA E RECURSOS..... | 655 |
| 10. PEDIDO CONTRAPOSTO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA..... | 656 |
| 11. INTERVENÇÃO DE TERCEIRO ATÍPICA: AMPLIAÇÃO DO POLO PASSIVO..... | 657 |
| 12. SENTENÇA E ENTREGA DOS AUTOS..... | 658 |

PARTE II PROVA EM ESPÉCIE

| | |
|---|------------|
| Capítulo 1 ► Exibição de documentos: ônus ou dever da parte?..... | 663 |
| <i>Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr.</i> <i>Juliana Coelho Tavares da Silva</i> | |
| 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 663 |
| 2. SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DE MEDIDA COERCITIVA, NA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO, À LUZ DO CPC/73 E DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ..... | 664 |
| 3. ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ..... | 672 |
| 4. DA DISTINÇÃO ENTRE ÔNUS E DEVER..... | 674 |
| 5. DA NATUREZA MANDAMENTAL DA DECISÃO QUE ORDENA A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO..... | 677 |
| 6. DA AVALIAÇÃO CRÍTICA DO ART. 400, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015..... | 679 |
| 7. CONCLUSÕES..... | 680 |
| Capítulo 2 ► Exibição de documento pelo Poder Público na Constituição Federal, no Novo CPC e na legislação extravagante..... | 683 |
| <i>Pedro Gomes de Queiroz</i> | |
| 1. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO PELO PODER PÚBLICO..... | 683 |
| 2. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO..... | 690 |
| 3. A NECESSIDADE DE REQUERIMENTO PRÉVIO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE DETÉM O DOCUMENTO..... | 697 |
| 4. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO PELO PODER PÚBLICO NO NOVO CPC..... | 703 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 708 |
| Capítulo 3 ► A Arguição de Falsidade Documental no Código de Processo Civil De 2015..... | 711 |
| <i>Rodrigo Saraiva Marinho</i> <i>Pablo Freire Romão</i> | |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 711 |
| 2. NATUREZA JURÍDICA E FINALIDADE..... | 712 |
| 3. OBJETO DA ARGUIÇÃO DE FALSIDADE..... | 715 |
| 4. ÔNUS DA PROVA..... | 721 |
| 5. LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR..... | 723 |
| 5.1. LEGITIMIDADE ATIVA..... | 723 |
| 5.2. LEGITIMIDADE PASSIVA..... | 725 |

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 5.3. INTERESSE DE AGIR | 726 |
| 6. PROCEDIMENTO | 727 |
| 6.1. FASE POSTULATÓRIA | 727 |
| 6.2. FASE PROBATÓRIA | 732 |
| 6.3. FASE DECISÓRIA | 734 |
| 6.4. PROCEDIMENTO NOS TRIBUNAIS | 735 |
| 7. CONCLUSÕES | 736 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 737 |

Capítulo 4 ► Considerações sobre a prova testemunhal no Novo Código de Processo Civil..... 741

*Thiago Fernandes Chebatt
Giovani dos Santos Ravagnani*

| | |
|--|-----|
| 1. A PROVA TESTEMUNHAL E O ESPÍRITO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL | 741 |
| 2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA TESTEMUNHAL | 743 |
| 3. A PROVA TESTEMUNHAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: PRINCIPAIS ALTERAÇÕES E PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES MANTIDAS PELO LEGISLADOR..... | 744 |
| 4. COMO A EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA – DOS SISTEMAS DE COMMON LAW E DA ARBITRAGEM INTERNACIONAL – PODE AUXILIAR O SISTEMA BRASILEIRO..... | 749 |
| 5. CONCLUSÃO | 755 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 756 |

Capítulo 5 ► A Prova Pericial no NCPC 761

André Chateaubriand Martins

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 761 |
| 2. A PRÁTICA DA COMMON LAW EM MATÉRIA DE PROVA PERICIAL | 762 |
| 3. A PROVA PERICIAL NA ARBITRAGEM INTERNACIONAL | 765 |
| 4. O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO | 766 |
| 5. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS PROPOSTAS PELO NOVO CPC..... | 769 |
| 5.1 NOMEAÇÃO DO PERITO PELAS PARTES | 769 |
| 5.2 LISTA DE PERITOS E TRANSPARÊNCIA | 771 |
| 5.3 PROVA TÉCNICA SIMPLIFICADA E PODERES INSTRUTÓRIOS | 771 |
| 5.4 DEVER DE COMUNICAÇÃO ENTRE PERITO E ASSISTENTES TÉCNICOS | 774 |
| 6. CONCLUSÃO | 775 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 777 |

Capítulo 6 ► Ensaio sobre a prova pericial no Código De Processo Civil de 2015 779

Bruno Vinícius Da Rós Bodart

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 779 |
| 2. TOPOLOGIA DA PROVA PERICIAL NO NOVO CPC | 779 |

| | |
|--|------------|
| 3. CABIMENTO DA PERÍCIA..... | 781 |
| 4. A PROVA PERICIAL SIMPLIFICADA | 782 |
| 5. A ESCOLHA DO PERITO..... | 782 |
| 6. DEVERES DO PERITO – ESCUSA, RECUSA E SUBSTITUIÇÃO..... | 788 |
| 7. A MANIFESTAÇÃO DAS PARTES SOBRE A NOMEAÇÃO DO PERITO..... | 791 |
| 8. QUESITOS SUPLEMENTARES..... | 792 |
| 9. A POSSIBILIDADE DE ESCOLHA CONSENSUAL DO PERITO..... | 793 |
| 10. A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE PERÍCIA | 795 |
| 11. ELEMENTOS DO LAUDO PERICIAL | 797 |
| 12. A ENTREGA DO LAUDO E O CONTRADITÓRIO | 798 |
| 13. A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA E A PROVA PERICIAL..... | 799 |
| 14. A DESIGNAÇÃO DE NOVA PERÍCIA | 800 |
| 15. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 800 |
| 16. BIBLIOGRAFIA..... | 801 |
| Capítulo 7 ► Da prova pericial..... | 803 |
| <i>Diogo Assumpção Rezende de Almeida</i> | |
| 1. GENERALIDADES..... | 803 |
| 2. OBJETO DA PROVA PERICIAL E SUA ADMISSIBILIDADE | 804 |
| 3. EXAME, VISTORIA E AVALIAÇÃO | 806 |
| 4. A ESCOLHA DO PERITO..... | 807 |
| 5. PROCEDIMENTO DA PERÍCIA..... | 812 |
| 6. CUSTEIO DA PERÍCIA..... | 817 |
| 7. VALORAÇÃO DA PROVA PERICIAL..... | 818 |
| 8. OUTRAS PREVISÕES DE PROVA PERICIAL NO NOVO CPC | 822 |
| Capítulo 8 ► Notas sobre a prova pericial no NCPC | 825 |
| <i>Murilo Teixeira Avelino</i> | |
| 1. MUITO MAIS QUE <i>TÉCNICA</i> | 825 |
| 2. O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO PROCESSUAL E O DIÁLOGO..... | 829 |
| 3. A PROVA PERICIAL NO NCPC | 831 |
| 4. A MOTIVAÇÃO DA DECISÃO QUE VALORA A PERÍCIA..... | 836 |
| 5. CONCLUSÃO | 840 |
| 6. BIBLIOGRAFIA..... | 841 |
| Capítulo 9 ► Negócio jurídico processual pericial e <i>Laissez-Faire</i> probatório no Novo Código de Processo Civil..... | 843 |
| <i>Marcelo Barbi Gonçalves</i> | |
| 1. PROCESSO E IDEOLOGIA..... | 843 |

| | |
|---|-----|
| 2. DESCORTINANDO O PANO DE FUNDO | 847 |
| 3. A PERÍCIA CONSENSUAL..... | 853 |
| 4. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL PROBATÓRIO E RES INTER ALIOS ACTA | 859 |
| 5. O CAPÍTULO XII “E MEIO” DO NCPC | 861 |
| 6. CONCLUSÃO | 862 |
| 7. REFERÊNCIAS | 863 |